

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Verdades e mentiras: o zapatismo de esquerda e a luta pelo autonomismo na América Latina

José Manuel de Sacadura Rocha

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16779>

Submetido em: 2026-07-03

Postado em: 2026-07-08 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

**VERDADES E MENTIRAS:
O ZAPATISMO DE ESQUERDA E A LUTA PELO AUTONOMISMO NA
AMÉRICA LATINA**

José Manuel de Sacadura Rocha¹

Pós-doutorando na Universidade de São Paulo – USP/ Faculdade de Filosofia Letras e
Ciências Humanas – FFLCH/ Departamento de Sociologia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2610-8066>

**TRUTHS AND LIES:
LEFT-WING ZAPATISM AND THE STRUGGLE FOR AUTONOMISM IN
LATIN AMERICA**

Resumo: Este artigo aborda a soberania dos povos originários e tradicionais da América Latina no âmbito das discussões sobre o Estado nacional. Defende que a instalação dos Estados-nacionais, após as lutas contra a colonização, não criou condições propícias para que os povos “libertos” auferissem situação real de liberdade e justiça, que possam produzir e viver de acordo com suas tradições ancestrais. Para o artigo, os direitos das populações à sua tradicionalidade e às práticas que se constituem na luta diante do capital internacional, nunca encontrarão respaldo nem oportunidades de libertação cultural e política nos moldes do estatismo, pois o Estado nacional configura parte da concepção política liberal-burguesa e é parte do imperialismo que submete os povos da América Latina. Politicamente este debate aparece na diferença clara entre a posição de esquerda dominante, que defende incontestemente a retórica da luta pela “soberania” via Estado nacional, e a proposta do Zapatismo centrado no autonomismo autogestionário dessas populações a partir da experiência de Chiapas, no México, e da filosofia política de autores como John Holloway (marxismo aberto).

Palavras-chave: América Latina; Estado nacional; Imperialismo; Autonomismo; Zapatismo.

Abstract: This article addresses the sovereignty of indigenous and traditional peoples in Latin America within the scope of debates on the nation-state. It argues that the establishment of nation-states following the struggles against colonization did not create favorable conditions for "liberated" peoples to attain true freedom and justice, which would allow them to produce and live according to their ancestral traditions. According to the article, the rights of these populations to their traditionality and to the practices forged in the struggle against international capital will never find support or opportunities for cultural and political liberation within the framework of statism. This is because the nation-state constitutes part of the liberal-bourgeois political conception and is an integral element of the imperialism that subjugates the peoples of Latin America. Politically, this debate manifests in the clear distinction between the dominant leftist position—which unquestionably defends the rhetoric of the struggle for "sovereignty" via the nation-state—and the Zapatista proposal, which centers on the self-managed autonomy of these populations based on the experience of Chiapas, Mexico, and the political philosophy of authors such as John Holloway (open Marxism).

Keywords: Latin America; Nation state; Imperialism; Autonomism; Zapatism.

¹ Colaboração de Eneida Gasparini Cabrera, advogada, pesquisadora. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2139058817784540>.

1 Introdução

No dia 05 de Abril de 2026, o perfil do Facebook, “Crítica da Economia Política-Bolivia”, publicou um extenso texto comentando o discurso do capitão Marcos efetuado dois dias antes (em 03 de Abril de 2026) por ocasião do “Semillero Abril del 2026, em São Cristóbal de Las Casas, Chiapas: ‘UM OLHO MÁGICO PARA A TEMPESTADE NO MUNDO: ESTADOS-NAÇÃO SOB ATAQUE’”. Tratamos aqui este texto como “Comentário”. (<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2026/04/03/tercera-sesion-viernes-3-de-abril-del-2026-1300-hrs-semillero-abril-del-2026-la-tormenta-dentro-y-fuera-segun-las-comunidades-y-pueblos-zapatistas-2/>).

Invariavelmente, o que a ortodoxia de esquerda publica é sempre muito mal argumentado e vem acompanhado de uma série de afirmações repetitivas e duvidosas que só encontram amparo na leitura tradicionalíssima e conservadora de uma esquerda que perdeu o movimento da história, porque desconsiderou sempre a dialética no materialismo histórico, e, principalmente, o próprio povo em luta. Estas são nossas “REFLEXÕES” sobre o dito Comentário publicado no Facebook intitulado “EL ZAPATISMO DE DERECHA Y LA LUCHA POR EL ESTADO EN AMÉRICA LATINA”. (<https://www.facebook.com/share/p/1EJa4RvB2t/>).

Inicialmente, gostaríamos de afirmar que os problemas do poder *não são* problemas do Autonomismo; nossos problemas são como manter vivo o cooperativismo (autogestionário) anticapitalista e ir além.

2 O Estado Nacional

1) No Comentário se diz do capitão Marcos: “La conclusión es lapidaria: (Marcos): ‘El Estado-Nación no tiene ninguna capacidad de decisión. La soberanía es un chiste mal contado’. La primera falacia del planteamiento de Marcos es de tipo categorial, toma las características históricas del Estado capitalista como propiedades eternas e inmutables de cualquier forma estatal. Esto es precisamente lo que Lenin criticó en El Estado y la revolución (1917): La cuestión esencial del Estado es: ¿qué clase política está en el poder? A quién sirve el Estado, a quién beneficia, a quién oprime. Los anarquistas quieren 'abolir' el Estado sin preguntarse qué clase lo controla”.

O que é isto? Como os zapatistas, que segundo o Comentário “apregoa o fim das funções do Estado”, considera o Estado imutável? Erro primário! Pelo contrário, exatamente porque a forma política e estatal não tem “propriedades eternas” que o Autonomismo autogestionário ousa preconizar o fim do estatismo, tanto quanto mais este se mostra inócuo para atender às populações massacradas pela acumulação do capital, seus prepostos e suas milícias; no caso de Chiapas e outras regiões de camponeses, o Estado não apenas não atende e protege como ainda vira as costas à penetração do grande capital, estrangeiro, às milícias e à ocupação do narcotráfico: *porque o Estado não tem “propriedades eternas”, que se ousa argumentar contra sua ineficiência e convivência com as elites latifundiárias e as multinacionais capitalistas, porque o Estado no modo de produção capitalista é a forma [política] específica do capitalismo.*

Ora, a luta contra quem está no poder de Estado deve ser a luta contra o poder e o próprio Estado – a luta pela autonomia frente ao Estado não é trocar quem está no poder, é luta contra o poder! Mesmo que se considere a teoria clássica da “luta de classes”, a assim chamada “ditadura do proletariado” deve tomar o poder e extinguir em seguida o Estado, porque o fim das classes sociais é o fim das funções policiais do Estado contra todos os trabalhadores – *mas isto não se diz uma só vez no Comentário*; não importa de

fato, o estatismo não é um problema para os movimentos autogestionários como o Zapatismo.

2) No Comentário se diz: “Cuando Marcos entabla la relación entre el Estado-Nación y el capitalismo, pero comete un error lógico al concluir que el Estado no puede servir a otros proyectos de clase que no sean los burgueses”.

Não é o Zapatismo que diz que o Estado serve aos interesses da burguesia, é Marx & Engels (*Manifesto Comunista*). O Zapatismo também insiste e luta para “servir aos interesses dos trabalhadores e camponeses”!

E isto?: “...donde las masas populares lucharon por el poder y el aparato estatal, y lo transformaron radicalmente para servir a los intereses de los trabajadores y camponeses”.

Existe sempre na ortodoxia a tentativa presunçosa de menosprezar outras formas de luta contra o capitalismo, até as que se colocam imediatamente junto aos indígenas e aos povos nativos camponeses, talvez porque essa perspectiva de luta pelo poder irá, mais tarde ou mais cedo, obrigar todos a perderem suas identidades e suas culturas milenares subjugados pelos interesses unilaterais e burocratas do Estado (totalitário), como a coletivização forçada e os expurgos políticos. A visão do autonomismo é o socialismo comunitário autogestionário, não a da tecnocracia policial do Estado.

3) “El problema no es el Estado en sí, visto como una sustancia inmutable, sino qué clase política lo domina. Un Estado controlado por la burguesía dependiente es efectivamente en términos históricos ajeno a la autodeterminación o soberanía nacional. Empero, un Estado articulado por la lucha obrero-campesina puede ser un puntal crucial de la liberación nacional y social”.

Interessa-nos a “emancipação humana”! Ela se dá pela “liberação social”, mas não pela “liberação nacional”; a ideia de nacionalidade foi historicamente idealizada muito depois da ideia de comunidade e, apropriada pela classe burguesa, é um paradoxo para o liberalismo, apesar deste o apregoar: quanto aos limites territoriais definidores de soberania do Estado o liberalismo é absolutamente conservador, como se vê hoje no massacre que se promove contra imigrantes, refugiados, fugidos da miséria e das guerras que esses Estados produzem.

Sim, a emancipação se dá se a perspectiva for precisamente considerar a soberania nas mãos dos que a conquistaram – a questão nacional é tanto burguesa quanto serve a regimes autoritários, do tipo URSS etc., e países que fizeram essa luta não conquistaram o poder efetivo para as mãos dos camponeses: onde está a soberania dos camponeses mexicanos e bolivianos? Não se pode confundir a questão nacional, contra a colonização, com o internacionalismo da classe operária e camponesa (ver em Marx a diferença entre a forma nacional e o conteúdo internacional, p. ex., *Crítica do Programa de Gotha*).

O movimento zapatista é um movimento com enlances internacionalistas que se expandiram em todo o mundo; por todo o mundo quem defende o nacionalismo é o fascismo burguês etc.; dever-se-ia considerar que as lutas por independência na AL são gloriosas não porque se construiu nacionalismos (nos moldes liberais-burgueses-capitalistas), *mas porque se deu aos povos o direito de serem a si próprios conforme suas tradições e culturas milenares longe das promessas mercantilistas*; mas as argumentações estatistas de fato esquecem isso do começo ao fim, porque na eternização do argumento do nacionalismo mantêm sua ambição de poder – aqui o que menos lhes importa são as populações originárias, indígenas, nativas e escravizadas: quem considera as leis imutáveis do Estado não são os Zapatistas, pelo contrário, qualquer um pode-o ver!

3 Teorias Dependencistas

4) Vejamos: “La segunda crítica, más grave aún, es que la posición de Marcos coincide objetivamente con los intereses del capital transnacional. El imperialismo no quiere Estados nacionales fuertes en la periferia; quiere Estados fragmentados, endeudados, sin capacidad regulatoria ni militar, abiertos al saqueo de sus recursos”.

Outra característica tradicional na esquerda da AL é a colocação da visão política em termos da “teoria da dependência”, com a qual o Zapatismo concorda. Mas há que se ver que essa narrativa não pode subsumir todas as práticas anticapitalistas em nosso continente, porque ela reforça o discurso estatista e de guerras, jogando o movimento dos trabalhadores dos campos e urbanos nos meandros da *geopolítica burguesa* para a acumulação global do capital, para dentro da qual nos jogam mais as narrativas de poder e de supremacia do Estado – *o fundamental não é apenas essa ideia “centro x periferia”, mas de autonomia dos povos*. O discurso periférico apenas reforça as defesas e o imperialismo do capital – pensar não nessa assimetria, mas fortalecer as forças da representatividade em luta contra o capital em geral: *a luta é contra o capitalismo, não contra o “capitalismo central” etc.*

E mais: “La tesis de Marcos, es la tesis recalentada de la globalización neoliberal, que predica la desaparición del Estado-Nación, como forma de naturalización del proceso de privatización de los bienes públicos”. Que absurdo e mentira! O Zapatismo lutou e luta contra o capitalismo desde sempre; o que o movimento zapatista se tornou não tem nada a ver com capitalismo! O Estado-nação é a forma política necessária ao capital para pavimentar a globalização neoliberal no processo de privatização e acumulação. Então: “La tesis de la “muerte del Estado-nación” es una ilusión ideológica que beneficia al capital. El imperialismo necesita que los revolucionarios de la periferia creen que el Estado nacional es un fósil inútil, porque así no construirán una resistencia estatal organizada frente a la penetración de las corporaciones transnacionales”.

Marx diz que a ditadura do proletariado supera o Estado tão logo o poder seja da classe trabalhadora, operários e camponeses – se for de fato destes, qual o sentido do Estado-nação? O Estado-nação é construção vitoriosa da burguesia e do capital e não da esquerda revolucionária e do socialismo. Marx identificou o socialismo como o caminho irrecusável ao comunismo, e, portanto, o socialismo autonomista tem que *defender programáticamente o fim do Estado*, regionalmente, nacionalmente e internacionalmente. O exemplo maior do Zapatismo é a Comuna de Paris de 1871!

Sobre a “resistência estatal”, comete-se um erro absurdo, próprio de uma visão leninista-marxista, mas que diz muito dos fins últimos destes comentaristas: *a resistência não é estatal, é do povo, das massas!* A luta pelo autonomismo socialista é contra o imperialismo e corporações etc., apenas a cooperação livre dos trabalhadores associados, rurais e urbanos, é que efetiva a resistência contra as grandes corporações, que hoje estão totalmente comprometidas com os Estados, *por isso a luta contra o estatismo é a mesma luta contra o cooperativismo e gigantismo privado e imperialista, e vice-versa*. A morte do Estado será a morte do modo de produção capitalista – diga-se desde já que a frase é cabível “cientificamente” para destacar a “transitoriedade” entre as formas, isto é, do movimento recíproco entre estrutura e superestrutura.

5) No Comentário se lê: “Marcos mismo aporta evidencia contra su tesis cuando se pregunta: (Marcos): ‘¿Por qué el pueblo de Cuba se prepara para una invasión? Si se supone que están bajo una dictadura, ¿por qué no sale a las calles a decir: Sí, invádanos y libérennos?’. La respuesta es obvia, porque Cuba tiene un Estado soberano que, a pesar

de todas sus dificultades, ha defendido la autodeterminación nacional durante más de 60 años. Ese Estado —con su ejército, su sistema educativo, sistema de salud, su planificación central— es precisamente lo que Marcos dice que "no es posible reconstruir". Y sin embargo, existe y resiste”.

Mais uma distorção grotesca: não se pergunta no discurso do capitão Marcos sobre a soberania do Estado cubano, o que se pergunta é se Cuba é uma ditadura. Não é isso a conclusão óbvia da frase de Marcos – a conclusão óbvia até uma criança vê: Cuba não é uma ditadura, como os EUA dizem, *o povo luta pela sua autonomia, não pelo Estado*, a não ser que essa seja a forma estratégica de manter sua liberdade. O discurso da soberania serve claramente tanto ao poder do Estado burguês quanto ao Estado autoritário – quem faz aqui a confusão e o que pretende defender?

Não é necessário “reconstruir”, antes de tudo: reconstruir pode inclusive ser com toda força contra o povo; *a URSS podia ter reconstruído com todo poder aos soviets, mas não o fez* – neste caso eram iguais aos mencheviques?

4 Autonomismo e Gestão Comunitária

6) Em seguida: “Claramente, el error más profundo de Marcos es desconocer la especificidad y particularidad de los procesos de formación estatal en América Latina. A diferencia de Europa, donde el Estado-nación fue efectivamente una creación burguesa "desde arriba", en nuestra región los Estados nacionales, cuando surgieron realmente, fueron la resultante de la movilización de las masas en las luchas populares anticoloniales y antiimperialistas”.

Quem desconhece a “particularidade” da AL, o Zapatismo? – qualquer um que se debruce seriamente sobre a história do Zapatismo pode ver que isto é claramente falso e sem fundamento. Esta “particularidade” da luta anticolonial não é apenas na AL, dá-se também na África e em boa parte da Ásia; mas de repente essa “particularidade” se mantém eternamente, isto é, parece ser uma particularidade imutável, portanto a-histórica. E, todavia, o erro desta repetida argumentação é que ela foca o Estado e a tomada de poder, não exatamente os povos originários; por todos os lados nunca, após a “descolonização”, os Estados respeitaram a autonomia e a cultura das populações milenares do nosso continente.

A “peculiaridade” é a luta pela autonomia dos povos contra o colonialismo, não a luta dos povos originários pelo Estado nacional: porque as práticas e os fazeres dos próprios povos latino-americanos tradicionais e autóctones foram deixados de lado, não apenas pelo capitalismo internacional, mas pelos próprios Estados onde estão localizados – a mancha é o estatismo liberal burguês, e ele se repete de muitas formas dentro da ortodoxia. Das duas uma, *ou a “revolução” por soberania fracassou contra o imperialismo, ou se repetiu um “golpe” nas classes operárias, indígenas, campesinas*; precisa-se dizer o que foi!

Se essas conquistas foram para o Estado nacional, então não foram para o povo, porque se o povo as tivesse tomado em suas mãos poderia ter decidido administrar diretamente essas riquezas e sua própria existência; *é comum se confundir as conquistas do povo com o nacionalismo estatal*, ou estatismo nacional, como se houvesse uma identificação unívoca entre eles – e há, na filosofia burguesa. As massas lutam por justiça e liberdade e rapidamente se veem traídas porque o Estado, o poder de Estado, não pode *em sua centralidade burocrática* de fato proporcionar justiça e liberdade “além dele”, porque se insere imediatamente nos cânones e limites da narrativa e dos discursos da construção de poderes aparelhados de governabilidade, externamente aos indivíduos – *a tomada do poder de Estado apregoada pela ortodoxia de esquerda tenta, na verdade,*

resolver o problema secular da tirania burguesa. De verdade, quando foi colocado aos povos da AL, pelo Estado, que poderiam se governar de forma não mercantilista e separatista? Quando isso foi possível os povos da AL escolheram a autonomia e autogestão comunitárias, como no movimento zapatista de Chiapas, Oaxaca e Puebla.

Mais retórica que as populações latino-americanas tradicionais aprenderam a desacreditar: “Zavaleta fue explícito sobre la relación entre nación y lucha de clases: ‘Creer que uno solo es nacional cuando niega el mundo, es inexacto. Ser uno mismo es ser en el mundo. La nación no es una esencia metafísica: es el escenario concreto donde las masas subalternas organizan su resistencia y construyen su poder’”.

Se o poder é das massas, elas deveriam escolher se querem Estado ou não, se querem ser representadas ou não, o que é essencial para a administração central e que não envolva a perda de autonomia etc. – quando isto se perguntou direta e livremente aos povos da AL, eles preferiram o autonomismo autogestionário diante de tantas omissões, torturas e mortes do Estado.

7) “Desde esta perspectiva, la afirmación de Marcos de que “la reconstrucción del Estado-Nación no es posible” no solo es falsa históricamente, sino que es reaccionaria en sus consecuencias políticas”.

Absurdo, *reacionário é manter o poder em um grupo que diz que sabe e que representa melhor o povo*, que sabe o que é melhor para ele, que lhe dita as regras e a verdade existencial a partir de um iluminismo preconceituoso; toda a luta do tipo “tomar o poder”, mesmo contra o capitalismo, só consome recursos e energias dos fazedores, e (re)insere todos no capitalismo e sua realidade – se a questão é acabar com as classes e o capitalismo, essa dicotomia entre *intelligentsia* e trabalhadores precisa necessariamente ser extinta. Mas as contradições do capitalismo atual mostram o contrário, como o capital e o sistema burguês estatal não dão conta da internacionalização maior dos povos e do anseio por liberdade e justiça, pelo fim de todas as fronteiras e Estados. *A fome, a miséria, a degradação da natureza, a acumulação de capital infinita de uns poucos, as doenças e as guerras devem ser vistas, não como o fortalecimento da necessidade dos Estados-nacionais, mas como sua consequência*; é clara a necessidade de ir mais além, sem eles, pois em todo o mundo os povos têm se organizado de forma autogestionária etc.

Falar do fim dos Estados-nacionais não é reacionário, na verdade é ir além do que jamais foi feito; reacionário é impedir os povos de escolherem livremente sua forma de existir, produzir, distribuir, dedicar-se às artes, sem um poder central dizendo o que é melhor para eles – a pergunta é: a solidariedade universal pode existir para além de fronteiras, Estados e poderes oligárquicos tecnocratas? Isto aproxima de nós a era de um após capitalismo a partir do hipercapitalismo. Ao invés de discutir Estados-nações, o Zapatismo propõe discutir o socialismo libertário da comuna! Reacionário? Sempre são as mesmas acusações contra o socialismo autonomista, e elas partem não da burguesia, mas dos “defensores” dos camponeses, dos operários...

8) Vale a pena nos atermos a este parágrafo: “La práctica del EZLN confirma esta crítica. Durante tres décadas, hasta antes de la llegada de Andrés Manuel López Obrador, los zapatistas han construido autonomías locales, y mientras ellos se concentraban en sus “micro-resistencias”, los neoliberales con el poder del Estado hicieron que las empresas transnacionales, los megaproyectos mineros y energéticos, y la paramilitarización del narcotráfico avanzará inmisericordemente. El resultado es que las autonomías zapatistas sobreviven, sin capacidad de generar y proyectar su modelo a escala nacional, mientras el Estado mexicano —débil frente al capital pero fuerte frente al pueblo— estuvo

serviendo a los intereses de Estados Unidos y las corporaciones. La "rebelión sin toma del poder" no ha detenido al imperialismo".

Este governo era revolucionário (2018-2024)? Claro que o governo do México tinha que fazer o que fez, contra o qual os zapatistas se colocaram e por isso foram perseguidos. Isto é o Estado defendido pelo Comentário: “Além de Marcos e do EZLN, os fatos são que em 1999 a Anistia Internacional publicou um relatório – México, à sombra da impunidade – no qual denunciava a prática habitual de detenções arbitrárias, desaparecimentos, torturas e execuções extrajudiciais por parte dos aparelhos do Estado. Também a perseguição aos defensores dos direitos humanos, o que incluía ataques paramilitares a vários bispos envolvidos nessa causa. Vinte e três anos depois, a Anistia relatou um total de 9.826 desaparecimentos durante o ano de 2022 (6.733 homens e 3.077 mulheres), o que “elevava para mais de 109.000 o número total de pessoas desaparecidas e não localizadas no México desde 1964”. A ONU informou então que o Estado estava guardando mais de 52.000 corpos que aguardavam identificação. A ONG Global Witness contabilizou 54 assassinatos de ativistas ambientais em 2021, tornando o México “o país mais mortal do mundo para aqueles que defendiam esses direitos”. (Além de ser, segundo a Anistia Internacional, um país onde a “violência estrutural contra as mulheres” continua a ser um problema muito sério).” ([Subcomandante Marcos: o espelho, a revolução e as miragens - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#)).

A conclusão do Comentário é inaceitável: a culpa é dos zapatistas, das comunidades organizadas e autônomas? A culpa é dos camponeses e dos povos originários? Que maldade! Só porque não se optou pelo poder do Estado, pela forma única que se quer impor, pela tomada do poder e do Estado, pelo burocratismo, pelo autocratismo, quando se optou, precisamente, contra o modelo neoliberal e transnacional mercantil – inverte-se, e agora o povo é o culpado do transnacionalismo neoliberal e imperialista no México!?

Mais uma vez está falsamente subvertida a ordem: *não se detém o imperialismo porque de fato o “poder estava tomado”, mas em momento algum pelo povo* – quem ficou do lado do povo contra o estatismo e poder policial do Estado? E agora vê-se esse discurso que inverte a vítima em culpada?! O que é o Estado burguês plutocrático e burocrático-policial? E o que se faz com todos os que nesse modelo não queiram pactuar com o poder estatal e seus mandatários? Prisão? Tortura? Morte? Aonde leva o discurso da tomada do poder do Estado e do Estado nacional? Ao massacre de Acteal!

5 Os Termos e os Fatos

9) A seguir: “En realidad, sin Estado nacional no hay liberación nacional. Esta afirmación, que puede parecer obvia para cualquier marxista clásico, se ha vuelto controvertida, precisamente, por la influencia del anarquismo posmoderno, cuyo origen está en la academia francesa y anglosajona, aunque trate de presentárselo como indígena y latinoamericano”.

Ah!, melhor que marxista ortodoxo, leninista-marxista, “marxista clássico” não é reacionário?; a história aqui andou como: “pode parecer óbvia para qualquer marxista clássico”? Imutável é quem pensa em outro modelo além do estatismo? De novo a “libertação nacional”... Os comentários imutáveis são tão confiantes de si que sua imutabilidade é movimento, e o movimento dos diferentes é permanência... Imagine-se... O poder e o estatismo é, pois, “coerentemente” adequado: como aconteceu com Narciso.

John Holloway e os demais autores aí mencionados jamais seguiram essas escolas europeias! Pelo contrário, quando a esquerda eurocentrista discutia a autonomia do Estado frente à sua relação com a estrutura econômica, Holloway enfrentou o pensamento

mediano e ousou propor que os problemas começam e terminam no próprio Estado, e seja como for, ele é apenas a lacuna preenchida da falta de soberania popular de fato e de efeito. Mas isto é insuportável – então o que se faz? Denigre-se a imagem dos autores e das suas obras! *Não existe nada disso de anarquismo pós-moderno: existe a ideia de socialismo autogestionário e comunismo na essência de sua etimologia como Marx o considerava*, e isso está enraizado nas experiências de comunas desde 1871 (*A guerra civil na França*). Essas classificações são a demonstração não apenas de falta de argumentos e falseamento dos fatos, mas uma linguagem própria e propícia ao capital – quem classifica “pós” não deve possuir argumento melhor e mantém o jogo do pseudocientificismo do capitalismo.

10) “¿Cómo logró Cuba resistir el bloqueo más largo de la historia? Mediante un Estado centralizado que planificó la economía, nacionalizó los recursos, organizó la defensa militar y garantizó la educación y la salud universales. ¿Cómo nacionalizó Cárdenas el petróleo en 1938? Con el Estado mexicano como eje de la soberanía popular. ¿Cómo derrotó el sandinismo a la dictadura somocista? Tomando el poder estatal”.

Na concepção “estabilizada” sempre alguém/ alguns tomam o poder e comandam, em um passe de mágica, o Estado, em nome da soberania popular – e o povo nunca está diretamente no poder, mas sempre submisso a seus aparatos policial, jurídico, burocrático – máxima vida ao Estado!; sem liberdade e sem igualdade não existe autorrealização do homem, não existe vida!

Pois é! Mas os zapatistas ao lado dos povos indígenas da AL não querem tomar o poder de Estado, e não querem que enviem contra eles a polícia, os homens armados e os paramilitares; não queremos que se gaste com armamento, que se destrua a natureza – só queremos nossa autonomia milenar. *Sempre se fala em soberania nacional e nunca se explicita a soberania popular* (para se dizer que ela é a mesma que o Estado, mas não é!) – a comuna foi totalmente esquecida!

11) “En todos estos casos, el Estado nacional fue el resultado de luchas populares y el modo para profundizarlas. No era un "fetiche burgués" ni un "obstáculo" para la revolución, era su condición de posibilidad”.

“Era”, mas deve-se pensar sempre que a dialética materialista histórica vê o que são condições objetivas no contexto de cada época – cada momento tem que ser observado em seu movimento histórico, e que, por isso, não existem fórmulas para a construção da justiça e liberdade dos povos, e que só pode ser alcançado em sua autonomia autogestionária, além do Estado, além do poder militar e policial do Estado.

A opção do Zapatismo é da luta popular além da perspectiva de luta pela tomada do poder de Estado, na esteira de democracia popular para instalar o poder comunista. *O que foi não pode predizer infinitamente a história do que será: objetivos imediatos não se confundem com os objetivos finais, programáticos*. Quem quer o inatismo histórico? Os zapatistas, Holloway etc? Quem usa aqui frases “lapidares”? os “fetiches” só somem com a superação da forma mercadoria; tomar o poder seria uma parte política ainda dentro da forma mercadoria, conseqüentemente, não muda *per se* a “síntese social” nos seus aspectos simbólicos de reprodução social; a verdadeira mudança, a mais profunda, e a mais sensível, parte das formas de viver, de fazeres para a vida, dos fazeres subjetivos em cooperação comunitária, com autonomia – esta foi a proposta do Zapatismo ao Mundo!

12) “El imperialismo lo sabe. Por eso su primera tarea siempre es debilitar, erosionar o destruir los Estados nacionales de la periferia capitalista. Por eso, impone deudas externas insostenibles, condicionalidades del FMI, tratados de libre comercio, cláusulas de

arbitraje internacional y, cuando es necesario, intervenciones militares. Por eso, también, financia ONGs, fundaciones y a una pseudointelectualidad que promueven el "posdesarrollo", la "descolonización del saber" y la "autonomía sin Estado". Porque sabe el imperialismo, que Estados nacionales fuertes y soberanos son la única barrera efectiva para evitar el saqueo de nuestros países”.

É possível que o panorama descrito neste parágrafo pareça um tanto genérico para um leitor que não esteja familiarizado com a realidade mexicana ou latino-americana. O que se segue é mais específico, também escrito em 1997:

“No município de Chenalhó, em Chiapas, quadrilhas paramilitares (treinadas, pagas e dirigidas pelo governo mexicano e por esse cadáver em decomposição que é o PRI) dedicam-se a caçar indígenas rebeldes como nos tempos da conquista... Enquanto você lê estas linhas, mais de 4.000 refugiados, vivendo e morrendo ao ar livre, longe de suas casas, são o melhor exemplo de que os discursos de paz nada mais são do que uma máscara desajeitada para esconder a guerra contra a história’.

Estas linhas fazem parte de uma carta que o jornalista e escritor Manuel Vázquez Montalbán recebeu em Barcelona e cujo remetente é o “subcomandante insurgente Marcos - Ejército Zapatista de Libertación Nacional”. ([Subcomandante Marcos: o espelho, a revolução e as miragens - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#)).

O que o Comentário aponta é *tudo uma ficção retórica*, não é, de fato, uma forma de luta contra atrocidades e horrores estatais, é uma forma de perpetuá-los – nada disto joga a favor dos direitos e do respeito aos trabalhadores nativos e indígenas, de sua cultura e autonomia. Mas o que está em pauta para os autores do Comentário é o “sequestro de nossos países”, não o “sequestro de nossos povos originários”, sua cultura e sua riqueza (de forma concreta, não abstrata).

13) Continua: “Cuando Marcos dice que "la soberanía es un chiste mal contado", está, sin saberlo o queriéndolo, repitiendo la lección que el imperialismo quiere que los pueblos oprimidos aprendan. Pero la historia enseña lo contrario en America Latina, la soberanía nacional se conquista con lucha, se defiende con organización popular, y se pierde definitivamente cuando se abandona la lucha por el Estado”.

Então a história da AL deve ser colocada acima da história e das “leis internas” do capitalismo, das funções jurídicas e políticas superestruturais que lhe correspondem? Porque a categoria “Estado nacional” não pode ser superada junto com o movimento estrutural do capitalismo? Porque o Estado, para o materialismo histórico, ocupa compulsoriamente o espaço que é popular, e organiza esse espaço conforme a organização social capitalista – logo se vê a que luta contra o capitalismo tem que ser por formas não estatais: mas isto não parece claro aos cânones da sabedoria revolucionária. *O futuro, que um dia foi uma utopia concreta, é hoje, no hipercapitalismo, cada vez mais uma realidade que clama por autonomia*, e os grandes flagelos da humanidade, apesar dos Estados nacionais nada ou pouco fazerem, são flagelos só mitigados pelas populações solidárias cooperativadas em sua grande maioria sem interveniência do Estado.

A verdade falseada, também óbvia, é que quem perde a luta é quem luta por poder!; quem luta por autonomia e gestão comunitária nunca perde – já se perdeu na gestão estatal, biopolítica, imperialista etc.; os povos organizados de forma autogestionária só têm a ganhar justiça e liberdade próprias. *O estatismo, essa insanidade pelo poder estatal, só levou os povos a mais sofrimento, violências, medo e derrotas na própria vida!*; quem lucrou com isso foi o capitalismo – como assim “sem estado ganha o capitalismo”? Que absurdo sem pés nem cabeça! Qual o capitalismo sem Estado? E o Estado não é requisito do socialismo real aqui apregoado, ou fala-se do seu fim em alguma circunstância? Mas nem de sua extinção conforme apregoa o socialismo científico!

A soberania e o poder (não capitalista) são do povo, não do Estado. Subestima-se a inteligência do povo e a vontade das populações; aliás nada se pergunta a elas. Não existe luta pelo poder que não seja luta por mais subserviência, opressão, tirania e empobrecimento da existência humana!

14) Mais do mesmo: “El hecho, que las burguesías locales son dependientes y compradoras, y han producido formas estatales con escaso poder de decisión; no implica que las masas populares no pueden dar contenido real a la nación y a su estructura política que es el Estado nacional. Allí donde fallaron las lumpenburguesías latinoamericanas, abre camino a otros proyectos nacidos de lo nacional-popular. En realidad, aún asistimos a la vigencia de la lucha por la soberanía nacional como condición necesaria para la liberación social. Sin control estatal sobre el territorio, los recursos naturales, la moneda y las fronteras, cualquier proyecto emancipatorio es inviable e ilusorio”.

Agora se apela para os “recursos naturais”... Mas quem os deve controlar é sempre o Estado – nessa falaciosa retórica o povo entra sempre aí como “massa de manobra”.

Retórica repetitiva: “Estado nacional”... no Comentário existe apenas esta tese, nada mais. Estrutura política para quem mandar nela?, a estrutura política” (assim denominado errado, deveria ser “superestrutura política”!), sem autonomismo será sempre comandada pelo aparato tecnocrata e oligárquico do Estado – esta é a “estrutura” política do Estado nacional!, para comandar quem, sempre contra quem? Aqui se esconde que a forma política é parte da superestrutura, portanto que tem que ser apossada por alguém, quer dizer, na proposta burguesa neoliberal, por alguns, elites ou que se tornarão elitizados e se apegarão à sua classe dirigente como uma plutocracia policialesca.

Retórica de novo - pode até ser necessária uma luta popular para o controle do território e dos recursos naturais que pertencem ao povo das regiões rurais, das florestas e até das cidades, mas se um povo é capaz de lutar para evitar perder isto, porque quereria depois permanecer subordinado sob o comando da política nos termos do estado militar-policia, latifundiário e plutocrático? Se é para conquistar a independência dos colonizadores!, qual exatamente a lógica de sucumbir depois ao poder representativo de partidos, políticos, aparato jurídico, aparato educacional, trabalho nas condições contratuais avalizadas pelo Estado, sem falar da questão da propriedade, e da forma simbólica das mercadorias etc.? Ilusório é precisamente o que se apregoa e não pode ser efetuado no âmbito do estatismo privado-militar.

6 Estatismo no Limite da Filosofia Burguesa

15) “Frente a la afirmación reacciona de Marcos, que a estas alturas solo engaña a ingenuos, sobre "la reconstrucción del Estado-Nación no es posible", respondemos que la historia de Hugo Chávez, Evo Morales, Cristina Fernández de Kirchner, Andrés Manuel López Obrador y otros, han demostrado que los Estados, si se lucha por ellos, pueden servir al pueblo y no a las oligarquías ni al capital extranjero”.

Retórica nos limites da filosofia burguesa – as oligarquias do capitalismo estão preparadas para isso, o capital conhece essas lutas e sempre leva adiante o mercado e acumulação do capital; esses governantes nada têm a ver, precisamente, com o Zapatismo e o que ele apregoa, porque a “questão nacional” sempre os compele a alianças com elites e organismos nacionais e internacionais. Como vão servir ao povo? – eles vão continuar nos limites da fórmula política burguesa estatal; eles vão dizer o que é melhor para o povo. Isto, sim, é reacionário!

Estes governos não são parâmetros para comparar com “não estatismo”, autonomismo, socialismo cooperativado e autogestionário – eles não agiram para instituir

de fato o poder popular, respeitar os espaços e as culturas de nossos indígenas, nativos e povos que lutam há séculos por sua autonomia e respeito a seus modos de viver ancestrais. Esses governos são precisamente o exemplo do que é o Estado nacional mesmo no contexto da AL; perseguiram e perseguem os movimentos mais populares nas cidades, como nos campos, dominados pelo extremo estatismo e garantidos no poder por alianças das oligarquias e estruturas capitalistas nacionais e internacionais, o povo é quase nada, simplesmente porque sem este discurso retórico repetitivo estatista não teriam a quem governar.

16) Seis por meia dúzia: “Frente a la declaración de que “la soberanía es un chiste mal contado”, respondemos con la historia de todos los pueblos que han derrotado al colonialismo y al imperialismo: Cuba, Vietnam, Argelia, Bolivia 1952, México 1938. En todos esos casos, hubo un Estado nacional forjado en la lucha popular”.

Desconsidera-se o passado da mesma forma que o futuro, assim se trata essa retórica: outro tempo, outras condições, outras lutas, outro capitalismo! OK, foram e são exemplos de luta, mas não da mesma luta! Estado nacional forjado na luta popular contra o capitalismo é, aqui, transformado no Estado miliciano que marcha contra as populações, que persegue, prende, tortura e mata? As lutas contra o colonialismo e o imperialismo resultaram em tiranias, perseguições e morte de milhões de indivíduos que se tornam de alguma forma discordes ou obsoletos para a máquina estatal e seus tecnocratas. Os exemplos históricos têm sua importância ligados aos contextos de luta de cada época, mas ou são exemplos de respeito à vontade popular e liberdade, justiça e igualdade, ou não podem ser alardeados continuamente como um “mantra” que procura usar o passado para justificar o futuro com os mesmos pesadelos estatais e de poder: nenhum dos movimentos revolucionários populares contra a colonização e contra o capitalismo será jamais, de forma alguma, desconsiderados ou denegridos pelo Zapatismo e o que ele indica aos povos do mundo não se contrapõe a nenhuma dessas lutas, ao contrário, mas não se pode justificar as atrocidades e vilezas do poder e do Estado sobre as populações soberanas em si mesmas.

Mas a “liberação nacional” não acaba enquanto os povos e as populações não tiverem o governo de si mesmas em suas próprias mãos – este é o sentido do Zapatismo. Pela tese do imperialismo e da dependência e submissão da AL, em suas classes lupemburguesas, *sempre se favorecerá o quê? – o Estado!* Este discurso permanente de dependência e imperialismo serve de base para uma chave única a tomar o poder de Estado e a governar de cima para baixo, infinitamente!

17) Precisamente, Che: “Hoy, el imperialismo norteamericano ante su crisis de hegemonía, busca reconstituirse mediante la ampliación y profundización de la dominación en la región. Y como escribió el Che Guevara: “La revolución no es una manzana que cae cuando está madura. Hay que hacerla caer”. Y para hacerla caer, hay que tomar el poder. No hay atajos. No hay “grietas”. No hay “micro-resistencias” que reemplacen la conquista del Estado”.

Por isso, então a exigência e a necessidade do Estado nacional serão permanentes e contra qualquer discurso que questione o Estado, não apenas o Zapatismo, uma fala do capitão Marcos, um livro ou um informe, aqui e acolá, mas na verdade este discurso do Estado nacional serve à permanente necessidade de luta pelo poder e, claro, reproduz ao infinito a existência de poder, do Estado e da autocracia sobre a autogestão dos povos.

Mas quem quer a conquista do Estado? *Quem debilita as lutas populares não é as “micro-resistências”* – por que estas não seriam formas de “fazer cair a maçã”? -, mas as

mesmas formas liberais e burguesas de poder, luta por poder, política tradicional, partidos, parlamentos etc.

Referências

CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA-BOLÍVIA. El zapatismo de derecha y la lucha por el estado en américa latina. 05 de Abril de 2026. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1EJa4RvB2t/>. Acesso em: 25 de Abril de 2026.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Subcomandante Marcos: o espelho, a revolução e as miragens. *Revista Adital*, 01 de Junho de 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/639906-subcomandante-marcos-o-espelho-a-revolucao-e-as-miragens>. Acesso em: 25 de Abril de 2026.

MARCOS, Capitão. Um olho mágico para a tempestade no mundo: Estados-nação sob ataque. *Enlace zapatista*, 03 de Abril de 2026. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2026/04/03/tercera-sesion-viernes-3-de-abril-del-2026-1300-hrs-semillero-abril-del-2026-la-tormenta-dentro-y-fuera-segun-las-comunidades-y-pueblos-zapatistas-2/>. Acesso em: 25 de Abril de 2026.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

Declaração de Disponibilidade de Dados:

Todos os dados relevantes estão contidos no artigo ou em seus materiais suplementares.

Declaração de conflito de interesse:

O autor declara que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

Os autores declaram que os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido necessários dos participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.

Os autores declaram que a preparação do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.

Os autores declaram estarem cientes de que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa qualquer compromisso por parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.

Os autores declaram que os dados, aplicações e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.

O manuscrito depositado está em formato PDF.

Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu boas práticas éticas e que as aprovações necessárias dos comitês de ética em pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.

Os autores declaram que, uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, ele só pode ser retirado mediante solicitação à Secretaria Editorial do servidor SciELO Preprints, que postará um aviso de retratação em seu lugar.

Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob uma licença [Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e a declaração de conflito de interesses estão incluídas explicitamente e em seções específicas do manuscrito.

Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado anteriormente em outro servidor de preprints ou publicado por um periódico.

Se o manuscrito estiver sendo revisado ou preparado para publicação, mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para fazer este depósito.

O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.